

O BEM VIVER E A AGRICULTURA FAMILIAR: REFLEXÕES PRELIMINARES PARA COMPREENDER IMPLICAÇÕES DA TÉCNICA E TRABALHO

Marjorie Mariana de Abreu*
Giovanna Pezarico**

Resumo

O artigo objetiva discutir tema de pesquisa de mestrado em andamento vinculada à área de Administração, e que busca compreender perspectivas acerca do bem viver no âmbito da agricultura familiar em propriedades agroecológicas da região metropolitana de Curitiba. Para o desenvolvimento do estudo, foi salutar realizar preliminarmente uma aproximação em relação ao conceito de bem viver, de forma a estabelecer lentes de análise para a inserção em campo de pesquisa, com maiores condições, dadas as complexidades das relações pretendidas. Tal temática possibilita novos olhares e construção de possíveis caminhos que se colocam como alternativas e formas de resistência ao modelo dito como ideal estabelecido por meio da racionalidade hegemônica. Evidencia-se a importância dos diálogos entre agricultura familiar e o bem viver no sentido de estabelecer conexões para sociedade numa direção mais harmônica, segura e responsável na relação entre sociedade e a natureza, também mediados pelo trabalho e pela técnica.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Bem viver. Trabalho. Técnica.

* Bacharel em Administração pela UTFPR. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da UTFPR. Membro do grupo de pesquisa Organizações Não-Convencionais. Curitiba-PR, Brasil. E-mail: abreu.marjoriemariana@gmail.com

** Doutora em Tecnologia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração-UTFPR e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional-UTFPR. Membro do grupo de pesquisa Organizações Não-Convencionais. Curitiba-PR, Brasil. E-mail: gpezarico@utfpr.edu.br.

Introdução

O presente artigo possui como temático ao bem viver e agricultura familiar nos movimentos atinentes às ruralidades contemporâneas buscando refletir a partir das lentes estabelecidas pela relação entre técnica e trabalho nesse contexto. É resultado de pesquisa de mestrado em andamento, vinculada à área de Administração e que busca compreender perspectivas acerca do bem viver no âmbito da agricultura familiar em propriedades agroecológicas da região metropolitana de Curitiba. Como objeto específico de investigação, estabeleceu-se o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA) e agricultores familiares vinculados à instituição. Nesse sentido, é importante destacar que o CPRA promove e apoia ações de capacitação, apoio à pesquisa e ensino em agroecologia, permitindo o desenvolvimento deste estudo.

Diante ao exposto, o objetivo deste estudo é apresentar e discutir reflexões preliminares que têm como cerne analisar as relações entre técnica, trabalho e bem viver no contexto da agricultura familiar agroecológica. Para tanto, dois objetivos específicos foram elencados: o primeiro se dedica à caracterização da pesquisa em andamento, especialmente, no sentido de esmiuçar as relações entre bem viver e agricultura familiar mediadas pela técnica e trabalho. Tal objetivo visa, particularmente, a evidenciar algumas singularidades assumidas pelo estudo, especialmente no que tange ao seu contexto, qual seja, do campo e da agricultura familiar bem como da organização em análise, que se dedica ao apoio, extensão e promoção da produção agroecológica. O segundo objetivo, por sua vez, intenciona esclarecer concepções orientadoras do tema, ainda controverso e polissêmico e especialmente, refletir sobre as pontes entre o bem viver e a agricultura familiar como espaço profícuo de análise.

A temática acerca do bem viver no âmbito da agricultura familiar, encontra, neste momento histórico, relevância significativa na medida em que busca compreender e tensionar as racionalidades hegemônicas no cenário atual das ruralidades e dos limites e possibilidades do desenvolvimento. Assim, pensar e refletir sobre caminhos e agendas de pesquisa, cujos temas e conceitos bem como percursos metodológicos que pressupõem analisar manifestações de resistência nos embates entre capital e agricultura familiar, que possam repercutir nas análises acerca da técnica e do trabalho, representa importante contribuição ao campo de estudo.

Ante o exposto, em termos metodológicos, o estudo caracteriza-se pelo caráter bibliográfico, qualitativo e descritivo, tendo em vista os pressupostos conceituais que o orientam; tratando-se de uma pesquisa em andamento, verifica-se sua característica de revisão teórica e reflexiva em torno dos temas apresentados.

Para tanto, o artigo está estruturado em três momentos distintos. O primeiro apresenta a caracterização da pesquisa na qual são definidos alguns pressupostos orientadores e sua respectiva problematização. O segundo momento apresenta e discute os conceitos de bem viver a partir das singularidades e heterogeneidades da agricultura familiar. Por fim, as considerações finais indicam os tensionamentos mais evidentes, de forma a auxiliarem na compreensão das realidades a serem investigadas futuramente.

Caracterizando a Pesquisa: construindo a problemática

O estudo parte de uma inquietação que surge no âmbito das pressões hegemônicas vivenciadas no campo e pela agricultura familiar contemporânea. Nesse sentido, analisar a forma pela qual técnica e trabalho se relacionam com o bem viver no campo implica em considerar os confrontos com um sistema técnico hegemônico alinhado com modelos estabelecidos pela lógica e racionalidade prevista para o agronegócio e pela tecnologia convencional. A partir de tal problematização é possível evidenciar como questão norteadora dessa reflexão a seguinte: quais as relações entre técnica e trabalho no contexto do bem viver na agricultura familiar?

Contudo, é importante considerar que tal questão envolve uma série de conceitos assumidos de forma polissêmica. Assim, técnica, trabalho, bem viver e agricultura familiar consistem em campos teóricos e por vezes interdisciplinares que demandam de demarcação em torno de suas intencionalidades e vinculações com projetos de desenvolvimento distintos. Nesse âmbito, a caracterização do estudo pressupõe analisar tais imbricações a partir das dimensões históricas e sociais constituídas no campo das lutas da agricultura familiar como espaço de resistência.

É a partir de tais elementos que o CPRA constituiu-se como campo privilegiado para análise. Tal organização exerce um papel relevante como lócus de investigação da temática em questão, pois possui como missão “Comunicar, promover e apoiar ações de capacitação, pesquisa, ensino e articulação entre pessoas e organizações, voltadas à agricultura e ao consumo sustentáveis, baseados nos preceitos da agroecologia.” (CPRA, 2019). Ainda, em termos de atuação, tem como visão: “Ser referência na orientação de ações para a expansão da agroecologia.” (CPRA, 2019). Seu público de atuação são agricultores, técnicos, estudantes, educadores, consumidores e representantes de organizações públicas e privadas que tenham responsabilidade em seu modelo de produção e consumo sustentáveis. São prioritários os públicos da agricultura familiar e comunidades tradicionais, oriundos de regiões com menores índices de desenvolvimento humano, por essas razões o CPRA foi escolhido para o desenvolvimento da pesquisa em questão.

As principais atividades do CPRA são:

- A construção do conhecimento em agroecologia pela pesquisa e validação na produção orgânica, agroflorestal, biodinâmica e outros sistemas de base agroecológica, levando em conta a prática dos agricultores;
- A promoção de ações de ensino e capacitação de agricultores e famílias, técnicos, estudantes, professores e consumidores, por meio da troca de informações, experiências e conhecimentos;
- A promoção do comércio justo, da soberania e segurança alimentares, dos conhecimentos e saberes tradicionais, da proteção à biodiversidade e aos recursos naturais;
- O apoio a ações de educação ambiental, ensino e extensão rural por meio da capacitação de técnicos, agricultores e famílias, consumidores, estudantes, professores e público em geral;
- O estabelecimento de parcerias com instituições das iniciativas pública e privada interessadas na promoção da agroecologia;
- A articulação de organizações e pessoas da sociedade civil e setor público ligadas à agroecologia (CPRA, 2018).

Para cumprir sua missão, o CPRA mantém uma Fazenda Agroecológica. Trata-se de uma área de 147 hectares localizada no município de Pinhais (PR). Por meio de sua equipe buscar cumprir com as seguintes tarefas: produção, em escala experimental, de alimentos, plantas aromáticas, condimentares e promotoras de saúde; e produção, em escala experimental, de sementes, mudas, compostos, biofertilizantes, coberturas mortas, adubos verdes, húmus e demais insumos de interesse para a agricultura de base ecológica.

Percebe-se que o CPRA atua como uma ponte entre produtores rurais e o mercado, especialmente no sentido de aprimorar canais de comunicação nos elos da cadeia orgânica e agroecológica. Outro aspecto relevante em torno do *lócus* da pesquisa, diz respeito aos diálogos e movimentos da relação campo *versus* cidade, na medida em que tal espaço se torna um campo de análise privilegiado a partir das implicações entre ruralidades e urbanidades e hibridizações decorrentes. Ainda, pensar sobre o desenho de pesquisa pressupõe considerar que a agricultura familiar e sua importância no contexto da produção rural é tão importante quanto outras formas de produção realizadas a partir do agronegócio. Tal relevância tem sido reivindicada historicamente a partir de campos específicos e legitimados pela comunidade científica.

Entretanto, a pesquisa ora intencionada busca trazer maior ênfase na relação da tríade, técnica, trabalho e bem viver no âmbito da agricultura familiar. Como problematização, especialmente, busca analisar ações construídas no bojo de uma agenda na qual agricultura familiar procura-se

compreender como movimento que se contrapõe com o modelo hegemônico. Nesse enfoque, o modelo convencional de técnica, que também orienta o processo de trabalho estaria amparado numa perspectiva discursiva e de um imaginário social, portanto material e simbólico, de eficiência da técnica. Como decorrência, a produção e resultado estariam na dependência de um sistema técnico centralizado na maquinaria, na baixa utilização de mão de obra, precarização do trabalho, além das implicações ambientais e de sustentabilidade potencializadas pelo intenso uso de agrotóxicos e químicos no processo de produção. Além disso, a monocultura, sob a justificativa da eficiência e rendimento visando sempre ao acúmulo de capital, que por fim acaba presa à “política de mercado” que rege toda a forma de produção e reprodução social.

No contexto da racionalidade hegemônica, verifica-se o desenvolvimento econômico amparado nos discursos emergentes do modelo neoliberal, ações com vistas às intensificações das explorações e do lucro, produção em escala, alto consumo, como condição necessária para a promoção do conceito (ocidental) de bem-estar, cada vez mais baseado no uso excessivo de recursos finitos da terra, para gerar cada vez mais capital infinito (LACERDA; FEITOSA, 2015).

Ante o exposto, verifica-se que uma das ancoragens teóricas relevantes do presente estudo diz respeito aos conceitos do bem viver, e nele as percepções do trabalho e da técnica e seus tensionamentos com os conceitos da agricultura familiar. Nesse sentido, a temática relativa ao bem viver no contexto da agricultura familiar agroecológica e as mediações estabelecidas com a técnica, tecnologia e trabalho pressupõe uma interação diferenciada. Nesse sentido, depois da evidenciação do desenho da pesquisa, é possível discutir de forma mais ampla, as principais ancoragens teóricas, estruturantes da presente reflexão.

Agricultura Familiar e Bem viver: para compreender as relações entre técnica e trabalho

As Raízes da Agricultura Familiar

Diante de uma sociedade contemporânea que se ampara fortemente numa perspectiva discursiva de um imaginário social da modernização e nas constantes mudanças por meio da tecnologia, é importante retomar a relevância que a agricultura familiar exerce no contexto social, econômico, ambiental.

Conforme aponta Wanderley (2003), a partir da concepção de campesinato podem-se analisar as proximidades e rupturas no âmbito da agricultura familiar, não apenas pela forma objetiva de produção voltada para atender à necessidade da família, mas pela forma de organização do

trabalho, baseado na cooperação entre seus membros, uma forma social particular de organização da produção. Ou seja, uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, com uma lógica específica de trabalho e produção (WANDERLEY, 2003).

Assim, o agricultor familiar é um ator fundamental do mundo moderno o que não desconsidera o campesinato, pois a agricultura familiar tem sua origem na tradição camponesa, na medida em que a família é a razão central de suas ações e a que direciona na tomada de decisão, nas estratégias de produção, reprodução (WANDERLEY, 2003).

O debate acadêmico sobre a agricultura familiar, a partir das obras de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1998) destacam a importância socioeconômica dessa forma de produção e trabalho, principalmente na Europa, nos EUA e também no cenário brasileiro. Sabe-se que a agricultura familiar tem um peso extremamente relevante na estrutura agrária nacional, geração de empregos, e ocupação, contribui para o desenvolvimento econômico, e na produção de alimentos destinados ao mercado doméstico (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018). Além disso, a agricultura familiar atualmente responde a 33% do valor total da produção do meio rural. No mundo, 70% dos alimentos que chegam ao consumidor vêm de agricultores familiares (BOJANIC, 2017).

Por sua vez, a agricultura familiar no Brasil representa uma importante base na economia e produção. De acordo com o último Censo Agropecuário, a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do País e por mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo. Levantamento feito pelo Portal Governo do Brasil mostra que a agricultura familiar tem um peso importante para a economia brasileira, com um faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões (MDA, 2018). Especificamente no estado do Paraná, no qual está sendo realizada a pesquisa, segundo os dados do Ministério da Agricultura, mais de 80% das propriedades rurais são de estabelecimentos da agricultura familiar. Das mais de um milhão de pessoas ocupadas no campo, 70% estão nessas propriedades (MDA, 2016).

Apesar de todas as mudanças historicamente vivenciadas pelo campesinato e pela agricultura familiar, por meio da modernização, ela ainda continua resistindo e exercendo força na importância de seu papel na modernização da agricultura. Tal processo é percebido a partir da manutenção das suas estratégias de reprodução mesmo nessas condições de produção em grande parte valorizando os recursos de que dispõe internamente na instituição familiar, e asseguram a sobrevivência da família no presente e

no futuro. Verifica-se a perspectiva de permanência apesar do surgimento de novas técnicas, as imposições do mercado moderno que tentam os paralisar, enfrentando os novos desafios com as “ferramentas” que possuem e aprenderam a manusear ao longo do tempo (WANDERLEY, 1996).

Entretanto, definir o que é agricultura familiar é uma tarefa difícil, sobretudo, porque os conceitos encontram variações significativas e heterogêneas, até mesmo na perspectiva legal e normativa. Exemplo disso são as definições encontradas no âmbito da legislação acerca do PRONAF e da legislação específica que determina o que é o agricultor familiar. No âmbito do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), tal conceito se confunde com a definição operacional para conceituar agricultura familiar que propõe uma tipologia de beneficiários em razão de sua capacidade de atendimento. Para outros, a definição seria certa camada de agricultores que tem facilidade de atender às demandas de mercado e se adaptar às modernas exigências em oposição aos demais “pequenos produtores”, incapazes de assimilar tais modificações (WANDERLEY, 2003).

Portanto considerar tais aspectos para definir o conceito de agricultura familiar, implica compreender aquilo que Abramovay (1999) descreve ao apontar que a política nacional de assentamentos e o PRONAF imprimem forças contra os modelos dominantes hegemônicos de produção. O autor se opõe a visão das relações entre cidade e campo no processo de desenvolvimento territorial, mostrando que a agricultura familiar não está apenas se destacando pelo seu modo específico de produção, mas também pelo seu trabalho, e isso gera um potencial de renda no meio rural e nos municípios aos quais ela se relaciona, e traz oportunidades que a sociedade não tem sido capaz de valorizar.

De acordo com o PRONAF, o conceito de agricultura familiar está alinhado com algumas condições que devem ser atendidas pelos agricultores familiares interessados em participar do programa, são elas:

- Explorar a terra como parceiro, arrendatário, posseiro, proprietário ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
- Residir na propriedade rural ou, considerando as características geográficas da região, em local próximo;
- Possuir, no máximo, quatro módulos fiscais para a atividade agrícola ou pecuária;
- Ter a mão de obra familiar predominante como a base do trabalho do seu estabelecimento;
- Obter, pelo menos, 50% da renda familiar bruta da atividade do estabelecimento (agropecuária ou não);
- Utilizar mão de obra de terceiros de acordo com a sazonalidade da produção, podendo manter empregados permanentes apenas em número menor do que o de integrantes da família;

- Ter renda bruta familiar de até R\$ 415 mil nos últimos 12 meses de produção, excluídos os benefícios previdenciários de atividades rurais e proventos vinculados.

Ainda são considerados beneficiários do PRONAF, pescadores artesanais que explorem a atividade como autônomos; aquicultores que utilizem uma área não superior a 2 hectares de lâmina d'água ou, quando em tanque-rede, 500 metros cúbicos; silvicultores que promovam o manejo sustentável de florestas nativas ou exóticas; extrativistas, exceto garimpeiros e faiscadores; quilombolas; indígenas e povos e comunidades tradicionais (MDA, 2019).

Apesar dos aspectos elucidados pelas análises de autores renomados sobre o tema, ainda é importante considerar os aspectos normativos sobre a Agricultura Familiar. A definição trazida pela Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (MDA, 2019).

Apesar da polissemia sobre o conceito de agricultor/agricultura familiar, é inequívoco seu papel em torno da produção de alimentos a partir de bases técnicas orgânicas ou agroecológicas. De acordo com dados da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), o crescimento do mercado de orgânicos no País, no ano de 2015, foi de 25%. E taxas superiores a 30% são esperadas para os próximos anos, fazendo da comercialização de alimentos orgânicos um segmento econômico muito promissor (CPRA, 2019).

O Paraná é destaque nesse setor. Conforme apontam os dados do Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA), o estado é que detém o maior número de propriedades rurais orgânicas em todo o País: já são mais de duas mil unidades certificadas. A atuação é expressiva, a produção orgânica tem mais de 10 mil produtores, em todo o estado, que já praticam a agricultura de base ecológica ou que estão em fase de transição ou certificação. A própria existência do CPRA é um dos elementos que faz do Paraná um diferencial no setor. Trata-se do único estado que conta com um órgão público especialmente dedicado à agroecologia (CPRA, 2019).

Tais elementos permitem considerar que a agricultura familiar encontra neste momento grande relevância na promoção da agricultura alternativa, em oposição à convencional. Para Schneider (2006), a agricultura familiar vem ganhando cada vez mais legitimidade social, política e acadêmica no Brasil.

Desde a década de 1990, ocorreram muitos movimentos sociais e políticos que impactaram o meio rural. O sindicalismo rural enfrentava

desafios gerados pela abertura de comercial, redução da ajuda de crédito agrícola, queda dos preços dos principais produtos para exportação, e demonstrou o quanto a agricultura familiar se manteve firme diante desse cenário, oferecendo suporte a um conjunto de categorias sociais, como assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústria que não eram mais vistos como pequenos produtores, trabalhadores rurais (SCHNEIDER, 2006).

Sendo assim, o estudo das relações da agricultura familiar com a sociedade na dinâmica política, do Estado, de mercado, no trabalho e na técnica apresenta um campo que cada vez mais os pesquisadores têm se aprofundado por apresentar mudanças significativas em seu processo de desenvolvimento no decorrer da história, apontando para novos caminhos, o qual Schneider (2006) descreve como um espaço rico de análise para compreender seus alcances no espaço rural, na economia, nos ecossistemas naturais, na geração de empregos e trabalho, concebendo uma relação profunda entre a sociedade e o espaço, ou entre o homem e a natureza.

Por sua vez, Leff (2002) descreve que a problemática socioambiental, seus impactos e reflexos têm orientado a internacionalização de novos valores e princípios que contribuem para a propagação de uma nova racionalidade produtiva sobre bases de sustentabilidade e equidade social. A agroecologia se depara com alternativas sustentáveis em substituição às práticas devastadoras da agricultura capitalista, contribuindo para a redução dos impactos causados por uma agricultura capitalista predadora. Segundo Leff (2002, p.37): «[...] à violência com que a terra foi forçada a dar seus frutos. Com o novo procedimento de plantio e conservação do solo implementadas as normas e regras para o novo patamar da terra».

Assim a proposta da agroecologia surge como uma possibilidade relevante para colocar em prática os conceitos que envolvem a agricultura familiar, a sustentabilidade ambiental e a igualdade nas relações de mercado (SEVILLA GUZMÁN; SOLER, 2010).

Pode-se observar que seus resultados vão além do cuidado com a terra, com sua forma específica de produção e cultivo, mas também estabelecem conexões sobre desenvolvimento de novas técnicas de trabalho buscando melhorias para terra, ecossistema e sustentabilidade, formas singulares no desenvolvimento rural que permitem aproximar dos conceitos do bem viver, uma alternativa para evidenciar ainda mais a importância da agricultura familiar para a sociedade.

Bem viver: reunindo conceitos preliminares

O imaginário social atribui à tecnologia a condição de propulsora das mudanças ocorridas no campo, entre o plantar e o colher, nas formas, nas

técnicas de cultivo, extração dos recursos naturais, em toda forma de vida, em qualquer empreendimento humano, perspectiva distante da concepção de bem viver. Segundo Acosta (2016), o bem viver é um conceito proveniente da matriz comunitária de povos indígenas, que vivem em harmonia com a natureza. Na percepção do autor, seus valores, vivências, práticas e tradições singularizam uma civilização viva que demonstra ser capaz de enfrentar a modernidade colonial.

Para Sampaio *et al.*, (2017), o bem viver é um possível caminho a ser sugerido pelas gerações atuais a fim de garantir vida, natureza, ecossistema para as gerações futuras. É na produção do bem viver que se pode obter resultados que irão garantir um equilíbrio entre o sociedade e a natureza, e sua intervenção no decorrer dos anos, de forma a preservar a terra e tudo que nela há. Ainda, Acosta (2016) sugere que a questão não é procurar “fazer melhor” daquilo que já foi feito até aqui, mas como parte da construção coletiva contribuir para a criação de um novo pacto de convivência social e ambiental, dando lugar à liberdade, rompendo com os cercos que impedem sua vigência.

Como uma proposta global, o bem viver pauta-se por aspectos, como a harmonia com a natureza, reciprocidade, relacionamento complementar e solidário entre indivíduos e comunidades, com sua oposição à racionalidade hegemônica atual, fundamentado no crescimento e acumulação permanentes. É uma proposta que questiona o conceito eurocêntrico de bem-estar e luta contra a colonialidade do poder, tendo em sua fonte de inspiração e força, a visão andina e amazônica. O estilo de vida dominante da sociedade contemporânea que se apoia no crescimento material sem fim poderia culminar na difusão de certos padrões de consumo que geram nas pessoas necessidades do que elas não precisam, e o eterno desejo do que não têm (ACOSTA, 2016).

Ademais, conforme aponta Alcantara e Sampaio (2017), a Assembleia Geral das Nações Unidas, na sessão 2008-2009, trouxe o conceito de “Bem Comum da Humanidade”, como um instrumento nacional para a saída das múltiplas crises que afetavam a humanidade e o planeta. Ante as perspectivas expostas, no âmbito do bem viver, “[...] a riqueza não consiste em ter e acumular a maior quantidade de bens possíveis, mas em lograr um equilíbrio entre as necessidades fundamentais da humanidade e os recursos disponíveis para satisfazê-las.” (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017, p. 238).

O conceito do “bem viver” se insere nas discussões brasileiras como uma alternativa que se opõe a tentativa de sacralização de um modelo hegemônico dominante, como uma saída para um novo mundo, em harmonia entre o bem estar em comunidade, entre a sociedade e a natureza, entre a liberdade e autonomia para fazer conforme suas necessidades e não sobre a pressão do consumismo e acúmulo estimulados pelo modo de

produção capitalista. Sob a égide da sustentabilidade, segurança mundial, valorizando as relações humanas, de trabalho e técnica a quem o bem viver vem propor alternativa (MAIA FILHO *et al.*, 2013).

A respeito desse conceito em construção, muitos movimentos sociais encontram alinhamentos com as concepções do bem viver, como descrevem De Mariet *al.*:

As questões ambientais, especialmente a partir da segunda metade do século XX, têm emergido como um campo de estudos e de práticas, cujas contribuições têm feito avançar a consciência sobre os problemas causados pelos desequilíbrios sociais e ambientais, apontando caminhos de mudanças para relações socialmente justas em direção ao bem viver. Os movimentos sociais camponeses têm exercido protagonismo tanto teórico quanto prático como é possível observar nas atuações dos movimentos da Via Campesina, dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Escolas Famílias Agrícolas - EFAS, Sindicatos Rurais, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, dentre outros. Por meio de suas práticas e discursos, emergem estreitas aproximações entre as questões ambientais e o bem viver. (2017, p.43).

São aspectos como esses que serão aprofundados no estudo ora em desenvolvimento, especialmente no sentido de verificar como técnica e trabalho são mediados pelo bem viver no contexto da agricultura familiar.

Ante o exposto, o estudo em suas próximas etapas se dedicará a analisar as implicações da técnica e do trabalho no contexto do bemviver da Agricultura Familiar. Para tanto, assume como premissas uma breve caracterização do conceito de técnica e trabalho para elucidar tais lentes que serão utilizadas. Vieira Pinto (2005) anuncia que o ser humano é destinado a viver necessariamente na natureza. O que se entende por “natureza” em cada fase histórica corresponde a uma realidade diferente. Contudo, se o mundo era outrora construído em sua essência pura, agora pela intervenção humana, pela civilização consegue rodear-se de produtos fabricados por ela por meio da arte e da ciência, a partir disso se forma uma nova “natureza”. Da contradição original do homem a que opõe à natureza. Nesse sentido, a tecnologia, as inovações técnicas contribuiriam para essa formação de uma nova natureza que necessita cada vez mais dominar, para desenvolver sempre as condições sociais, sua essência humana. Agora se maravilhando com suas obras, o ser humano passa a conseguir um grau de avanço de domínio sobre a natureza (VIEIRA PINTO, 2005).

Em relação à agricultura, a técnica trouxe mudanças na forma de produção dos alimentos, nas relações de trabalho entre o campo e a cidade, amparadas numa perspectiva de modernização da agricultura, repercutindo para decorrências muitas vezes perversas em termos de impactos e consequências ao ecossistema, saúde pública, e relações

de produção social. Diante de tal cenário, torna-se cada vez mais necessária a busca de experiências alternativas aos modos convencionais de agricultura e perspectivas de resistências, cujo bem viver, possa dialogar com sistemas técnicos e de processos de trabalhos mais qualificados.

Considerações Finais

O equilíbrio entre sociedade e natureza estabelece uma conexão sobre essa nova concepção em construção: o bem viver. Seus conceitos também são encontrados nas formas de produção e trabalho no âmbito da agricultura familiar. Essa aproximação muito se deve porque desde a antiguidade o ser humano ao extrair recursos da Terra para sua sobrevivência, assim o fazia de forma natural, sem controlar a produção para que ela fosse a mais eficiente possível, ou para o acúmulo daquilo que se produzia. Buscava-se atender às necessidades de seus membros envolvidos, ou seja, a comunidade, a família.

Refletir sobre o bem viver, a forma como a técnica e o trabalho são estabelecidos nesse conceito, torna também possível observar que a agricultura familiar possui imbricações importantes no contexto da Terra como laboratório natural. Do mesmo modo quando se fala do trabalho e da técnica no campo, na agricultura familiar, observa-se que a técnica não está voltada apenas para a eficiência, a produção ilimitada, ao acúmulo de capital, a estratégias e ferramentas para potencializar seus resultados de crescimento nesse sentido. Nota-se outro movimento, por vezes antagônico a essa racionalidade hegemônica. Como se percebe, o CPRA tem como missão por meio de pesquisa, desenvolver novas formas de trabalho no campo e novas técnicas de cultivo por intermédio da agroecologia que estabelecem no cenário da agricultura a possibilidade de manutenção da terra, consciência acerca de um consumo sustentável e responsável, qualidade de vida entre sujeito e o meio ambiente bem como de efetiva segurança alimentar. O CPRA promove e apoia ações de capacitação, pesquisa, e ensino em agroecologia.

O intuito é entender os principais desafios e objetivos desses agricultores para, assim, propor melhorias em seus sistemas de produção; levantar demandas de pesquisa; e embasar a formulação de novas políticas públicas para o setor.

Além disso, é importante considerar que a forma de trabalho e técnica empregada pela agricultura familiar se difere das que são utilizadas pela agricultura convencional.

A agricultura familiar em sua maioria busca manter uma relação harmoniosa entre o ser humano e a natureza, a terra, saberes tradicionais e ancestrais. No que tange à agricultura familiar agroecológica, não está apenas vinculada a uma proposição técnica pelo qual a agricultura

familiar também faz uso, porém envolve outros aspectos que vão além do uso da técnica, novas tecnologias, pois questiona o modelo atual de produção, valorizando os recursos naturais finitos, respeitando seus limites, buscando pela preservação, sustentabilidade, recuperação da terra, aliados às preocupações ambientais, sociais. Essa agricultura procura em suas práticas produtivas formas mais autônomas e sustentáveis.

Em contrapartida, a agricultura convencional faz uso das técnicas, novas tecnologias com um intenso investimento, afim de promover uma produção em escala sem precedentes, pautados no crescimento, acúmulo de capital, gerando sempre cada vez mais lucro, não sendo o foco primordial a preservação ambiental, a sustentabilidade, mas sempre buscando ser competitiva no mercado atendendo assim o que o capital dita.

O temabem viver e seus tensionamentos entre trabalho, técnica no âmbito da agricultura familiar são ainda um solo fértil, sendo assim esta pesquisa não pretende exaurir a temática, mas contribuir como um ponto de partida para que as novas gerações encontrem novos horizontes, caminhos, que não o predominante o qual está baseado numa racionalidade instrumental, que calcula seus resultados pautados em um crescimento infinito em um planeta finito, contribuindo no desvelar de outros modelos que busca preservar uma vida de bem viver na relação sociedade e natureza.

Referências

ABRAMOVAY, R. Agricultura Familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, vols. 28, n^{os} 1/2/3 e 29, n. 1.jan./dez. 1998 e jan./ago. 1999. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1992.

ACOSTA, A. **OBem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

AQUINO, J.R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v.56, p.123-142, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032018000100123. Acesso em: 15 dez. 2018.

ALCANTARA, L.C.S.; SAMPAIO, C.A.C. Bem viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 40, p. 231-251, abr. 2017.

BOJANIC, A. **A agricultura familiar promove desenvolvimento rural e sustentável e a Agenda 2030**. Outubro de 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-agricultura-familiar-promove-desenvolvimento-rural-sustentavel-e-a-agenda-2030/>. Acesso em: 10 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura (MDA). **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo**. 2018. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>. Acesso em: 4 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura (MDA). **Aqui tem agricultura familiar-Paraná**. 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/radio-mda/aqui-tem-agricultura-familiar-paran%C3%A1>. Acesso em: 4 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura (MDA). **Pronaf**: o programa de democratização, inclusão, gestão e geração de renda da agricultura familiar. 1º nov. 2018. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-o-programa-de-democratiza%C3%A7%C3%A3o-inclus%C3%A3o-gest%C3%A3o-e-gera%C3%A7%C3%A3o-de-renda-da-agricultura>. Acesso em: 4 out. 2019.

CENTRO PARANAENSE DE REFERÊNCIA AGROECOLÓGICA (CEPRA). **Agricultura no Paraná**. Pinhais, 2019. Disponível em: <http://www.cpra.pr.gov.br/modules/noticias/index.php?storytopic=8>. Acesso em: 4 out. 2019.

CENTRO PARANAENSE DE REFERÊNCIA AGROECOLÓGICA (CPRA). **O que fazemos**. Pinhais, 2018. Disponível em: <http://www.cpra.pr.gov.br/>. Acesso em: 10 Dez. 2018.

CENTRO PARANAENSE DE REFERÊNCIA AGROECOLÓGICA (CPRA). **Missão, visão e público**. Pinhais, 4 out. 2019. Disponível em: <http://www.cpra.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>. Acesso em: 5 out. 2019.

DE MARI, C. L.; TAVARES, P. D. V. B.; FONSECA, V. M. da. Alimentos, saberes e educação para o bem viver: os camponeses um passo adiante. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, RS, v. 34, n. 3, p. 37-54, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7181>. Acesso em: 15 Dez 2018.

LACERDA, R. F.; FEITOSA, S. F. Bem viver: Projeto U-tópico e De-colonial. **Revista Interterritórios**, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, v. 1, n. 1, p. 1-19, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interterritorios/article/view/5007>. Acesso em: 15 dez. 2018.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar**: comparação internacional: do mito à realidade. Campinas: Unicamp, 1998.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, jan./mar. 2002.

MAIA FILHO, A. *et al.* **Economia solidária e bem viver**: expressões de um novo mundo. CIRIEC- Centro de Estudos e Pesquisas em Economia Pública e Social Seção Brasil, 2013. Disponível em: <https://even3storage.blob.core.windows.net/processos/95cb08c5747e4f4583a9.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

MARQUES, A. C. de O. *et al.* A contribuição da agricultura familiar na produção agropecuária do Brasil a partir do censo agropecuário do ano de 2006. *In*: JORNADA DO TRABALHO, 21. **A dimensão espacial da expropriação capitalista sobre os mundos do trabalho**: cartografando os conflitos, as resistências e as alternativas à sociedade do capital, São Paulo, 2011.

MARTINE, G. **A trajetória da modernização agrícola**. A quem beneficia? Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n23/a03n23.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2019.

SAMPAIO, C.A.C. *et al.* Bem viver para a próxima geração: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da ecossocioeconomia. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.26, n.1, p.40-50, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v26n1/1984-0470-sausoc-26-01-00040.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. *In*: FROEHLICH, J.M.; DIESEL, V. (org.). **Desenvolvimento rural**: tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006. Disponível em: <http://ifibe.edu.br/arq/2015081315271368961277.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

SEVILLA GUZMAN, E.; SOLER, M. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. *In*: INSTITUTO ANDALUZ DE PATRIMONIO HISTÓRICO (ed.). **Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza**. Sevilla: Junta de Andalucía. Consejería de Cultura. 2010. p. 191-217.

VIERA PINTO, A. **O conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

WANDERLEY, M.N.B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, 2003. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do Campesinato Brasileiro. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XX., gt 17., 1996, Processos Sociais Agrários, Caxambu/MG. **Anais** [...] Caxambu/MG, out. 1996. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-agricultura-familiar-promove-desenvolvimento-rural-sustentavel-e-a-agenda-2030/>. Acesso em: 10 dez. 2018.

Submissão em: 19/08/2019

Aceito em: 07/10/2019

WELL LIVING AND FAMILY AGRICULTURE: PRELIMINARY REFLECTIONS TO UNDERSTAND TECHNICAL AND WORKING IMPLICATIONS

Abstract

The article aims to discuss the topic of ongoing Master's research, linked to the area of Administration and which seeks to understand perspectives on Well Living in the context of family farming in agroecological properties of the metropolitan region of Curitiba. an approximation to the concept of Living Well, in order to establish analysis lenses for insertion in the field of research, with greater conditions, given the complexities of the desired relationships. This theme enables new perspectives and the construction of possible paths that stand as alternatives and forms of resistance to the model stated as an ideal established through hegemonic rationality. The importance of the dialogues between family farming and Good Living is evidenced in the sense of establishing connections for society in a more harmonious, safe and responsible direction in the relationship between society and nature, also mediated by work and technique.

Keywords: Family Farming; Well live; Labor; Technique.

AGRICULTURA FAMILIAR Y BUENVIVIR: REFLEXIONES PRELIMINARES PARA ENTENDER IMPLICACIONES TÉCNICAS Y DE TRABAJO

Resumen

El artículo tiene como objetivo analizar el tema de la investigación en curso de la Maestría, vinculada al área de Administración y que busca comprender las perspectivas sobre el bien estar en el contexto de la agricultura familiar en las propiedades agroecológicas de la región metropolitana de Curitiba. Para el desarrollo del estudio, se hizo un estudio preliminar, una aproximación al concepto de Vivir Bien, con el fin de establecer lentes de análisis para la inserción en el campo de la investigación, con mayores condiciones, dadas las complejidades de las relaciones deseadas. Este tema permite nuevas perspectivas y la construcción de posibles caminos que se presentan como alternativas y formas de resistencia al modelo establecido como un ideal establecido a través de la racionalidad hegemónica. La importancia de los diálogos entre la agricultura familiar y el Buen Vivir se evidencia en el sentido de establecer conexiones para la sociedad en una dirección más armoniosa, segura y responsable en la relación entre la sociedad y la naturaleza, también mediada por el trabajo y la técnica.

Palabras clave: agricultura familiar; Bien vivir; Trabajo; Técnica.